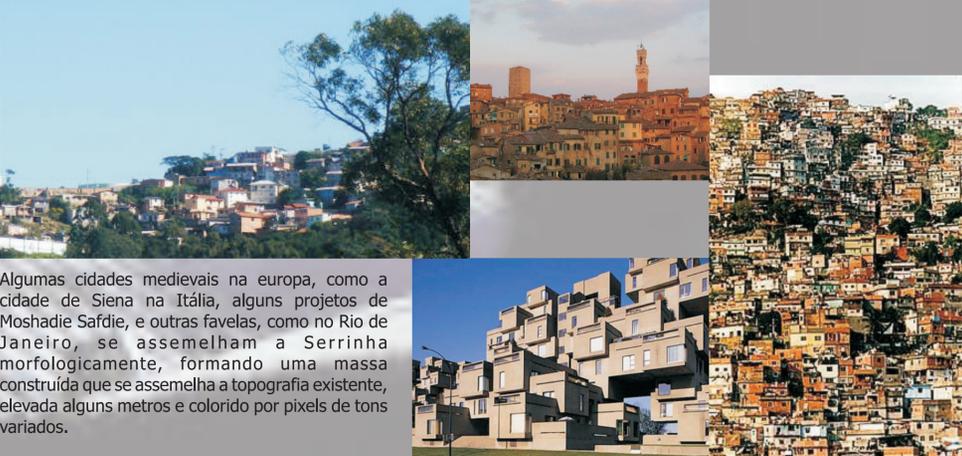


LOCAÇÃO/ ENTORNO/ MORFOLOGIA



Algumas cidades medievais na Europa, como a cidade de Siena na Itália, alguns projetos de Moshadie Safdie, e outras favelas, como no Rio de Janeiro, se assemelham a Serrinha morfologicamente, formando uma massa construída que se assemelha a topografia existente, elevada alguns metros e colorido por pixels de tons variados.

Historicamente, o processo de implantação e desenvolvimento da UFSC foi determinante no desenho urbano do seu entorno imediato. Sua implantação deu-se nos terrenos de menor cota altimétrica, ocupando-os quase efetivamente. Por sua natureza era necessário prever uma ocupação gradual do entorno para satisfazer as necessidades de mão-de-obra, comércio e serviços. Essa preocupação não foi considerada ao delimitar os limites da instituição. Inevitavelmente as novas ocupações precisavam ser nos morros circundantes. A pequena planície é responsável pela coleta e escoamento das águas pluviais dos morros que a envolvem, configuravam pequenos mangues, córregos e terrenos alagadiços. As alterações processadas ao longo da sua evolução interferiram diretamente nestas características. Os canais foram retificados, os terrenos alagadiços e mangues foram aterrados paulatinamente e sua função, filtro natural das águas que escoam para o mar, foi totalmente suprimida. Nas imagens acima percebe-se claramente o contraste provocado pelo processo de ocupação da paisagem. A ocupação territorial produziu três configurações espaciais distintas. Ao centro a UFSC, idealizada com claros traços do urbanismo modernista, ocupada principalmente por gráficos médios e grandes, afastados entre si, permeados por espaços verdes, áreas de esportes e lazer e estacionamentos. A Carvoeira, bairro residencial essencialmente de classe média, é caracterizada por um desenho parcelado ortogonalmente, gabarito de 6 pavimentos + ático. As edificações residenciais unifamiliares mais ou menos do quádruplo do tamanho das edificações encontradas na Serrinha.

Do outro lado da Avenida Desembargador Vitor Lima a UFSC apresenta implantação comum as áreas públicas de caráter estatal, com grandes quadras, espaços livres e parcelamento ortogonal, assemelha-se a uma pequena cidade modernista, ainda mais depois de cercada. Em cima a Serrinha, cuja inserção na paisagem parece até menos agressiva. De gabarito mais baixo e com implantação acompanhando as curvas de nível, além do pouquíssimo ou nenhum afastamento entre as edificações, remete a uma nova topografia, com uma variação de tom que vai do sem reboco/telhado cerâmico, passa pelo reboco cinza vai até os tons pastéis, permeados por espaços verdes, áreas de esportes e lazer e estacionamentos.

a cima: vista de cima da serrinha (terreno da proposta)
a esquerda: vista isométrica da serrinha e entorno

A região apresenta, duas áreas distintas: a retratada pelas fotos ao lado é a mais antiga, com casas geralmente de alvenaria e seguindo a rua que passa ao norte do terreno chegamos a parte mais recente e mais humilde, com barracos de madeira ou compensado.

O entorno do terreno apresenta, como em toda Serrinha, edificações com pouco ou nenhum afastamento, tanto umas das outras quanto das vias. Tem gabarito que varia de um a quatro pavimentos. São edificações construídas sem qualquer apoio técnico, de arquitetura completamente espontânea. A casa de quatro pavimentos ao lado (bem em frente ao terreno) é um exemplo interessante. Deduz-se que cada pavimento foi feito em uma época, com cobertura tipo laje com esperas para o próximo pavimento. Apresenta em cada pavimento um alinhamento, um tipo de esquadria e até uma cor diferentes. O balanço do terceiro piso foi feito provavelmente pela existência de um beiral na laje de cobertura do segundo pavimento, quando ainda não era piso do terceiro.



acima - entorno frontal ao terreno
a esquerda - Foto tirada da frente do terreno da proposta. A ocupação espontânea caracterizada pela falta de passeios apropriados, subdimensionamento da caixa da via, inexistência de mobiliários urbanos e de espaços públicos. A tipologia das casas utiliza a mesma solução implantada em terrenos planos desconsiderando a topografia.



terreno
trilha
canal
colégio de aplicação
reserva ambiental/
moradia estudantil/
UFSC
rótula da Carvoeira

O contexto geral da arquitetura em Florianópolis apresenta características de aparente falta de comprometimento nos campos político e social, tanto quanto do poder público e do empresariado em geral. Dentre elas cabe destacar:

- a estagnação do campo de atuação político dos arquitetos no âmbito da produção de bens voltados para o interesse coletivo, quando a classe teria o direito e o dever de impor a realização de concursos de projetos para qualquer obra de maior montante, inclusive as urbanas, como forma de atingir bom uso do dinheiro público, movimentar o mercado profissional, onde o arquiteto deve ter maior responsabilidade;
- uma aparente resignação frente às tendências de mercado, marcadas pela lógica da especulação imobiliária, em detrimento das reais necessidades de uso do espaço urbano;
- a superficialidade na concepção dos projetos de espaços públicos e semi-públicos, tanto em termos de forma quanto função, com aspectos de produção massificada, em que as poucas qualidades projetuais e da obra executada são voltadas ao maior lucro, tanto em termos financeiros quanto em termos eleitorais.

Os problemas urbanos do descaso do poder público e da sociedade com zonas de baixa renda durante seu processo de formação e estabelecimento, são comuns ao da maioria das outras ocupações irregulares em encostas em Florianópolis ou até de outras regiões do Brasil e da América Latina. Em Florianópolis, devido a falta de qualidade na arquitetura contemporânea, grande parte dos profissionais tanto de arquitetura quanto de engenharia cobram muito abaixo dos valores mínimos estabelecidos pelas associações e sindicatos profissionais, tanto em obras públicas quanto privadas. Esta desvalorização se deve a diversos fatores, como o uso eleitoral de obras públicas, a estética medíocre imposta pelo mercado especulacional, reflexo do pensamento de boa parte da sociedade; pela falta de acessória técnica do estado para a grande camada social excluída dos mercados consumidores arquitetônico ou de serviços de engenharia; ou ainda pela desunião e desorganização das classes. Isto acarreta uma desvalorização geral, desde os profissionais mais experientes, já inseridos no mercado, e mais sentido pelos que estão entrando no mercado.



PLANTA BAIXA
TERRENO
esc: 1/500

Até a criação do estatuto da cidade não se considerava esse tipo de ocupação oficialmente como problema para muitos planos diretores. Por serem áreas irregulares, ocupadas sem nenhum auxílio técnico, por não contribuírem fiscalmente com a receita municipal, sempre receberam uma ínfima fatia dos investimentos urbanos municipais. Apesar do "não contribuir fiscalmente" não condizer com a verdade, já que proporcionalmente ao ganho, esta fatia da população é a que paga mais imposto, só no feijão e na cachaça, mesmo com o mercado de DVDs piratas. Só com a criação do estatuto estas áreas passaram a ser consideradas, apesar dos resultados surgirem muito lentamente, para tamanho prejuízo histórico perante as demais áreas do município. A região estudada a Serrinha, é classificada de 2001 pelo estatuto como uma ZEIS (zona especial de interesse social).

O Estatuto da Cidade é um conjunto de leis que garante o direito à cidade e a democratização da gestão urbana, vigentes desde Julho de 2001. Um dos instrumentos criados pelo estatuto foram as Zonas Especiais de Interesse Social. Segundo o "Guia para implementação do Estatuto da Cidade", o objetivo das Zeis são:
"- permitir a inclusão das parcelas marginalizadas da cidade, por não terem tido possibilidade de ocupação do solo urbano dentro das regras legais;
- permitir a introdução de serviços e infra-estrutura urbanos nos locais em que antes não chegavam;
- regular o conjunto do mercado de terras urbanas, pois em se reduzindo as diferenças de qualidade entre os padrões de ocupação reduzem-se também as diferenças de preços entre as terras;
- introduzir mecanismos de participação direta dos moradores no processo de definição dos investimentos públicos de urbanização para a consolidação dos assentamentos;
- aumentar a arrecadação do município, pois as áreas regularizadas passam a poder pagar impostos e taxas
- vistas neste caso, muitas vezes, com bons olhos pela população, pois os serviços e a infra-estrutura deixam de ser vistos como favores, e passam a ser obrigações do poder público."